

UMA INTERPRETAÇÃO DA LITERATURA BRASILEIRA SOBRE DOPING NO ESPORTE

*AN INTERPRETATION OF THE BRAZILIAN LITERATURE ON
DOPING IN SPORT* 

*UNA INTERPRETACIÓN DE LA LITERATURA BRASILEÑA SOBRE
DOPAJE EN EL DEPORTE* 

 <https://doi.org/10.22456/1982-8918.143767>

 **Marcus Campos*** <marcus.campos@kuleuven.be>

 **Odilon José Roble**** <roble@fef.unicamp.br>

 **Alberto Reinaldo Reppold Filho***** <alberto.reppold@ufrgs.br>

* Faculty of Movement and Rehabilitation Sciences, KU Leuven, Bélgica; Universidade Estadual Paulista (UNESP). Rio Claro, SP, Brasil.

** Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, SP, Brasil.

*** Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS, Brasil.

Resumo: No Brasil, assim como em muitos outros países, os estudos acadêmicos sobre doping no esporte concentraram-se inicialmente em aspectos médicos, fisiológicos e farmacológicos. No entanto, recentemente, o alcance desses estudos expandiu-se consideravelmente, com o surgimento de pesquisas sobre doping esportivo nas áreas de ciências sociais, políticas públicas e gestão. Embora o doping seja amplamente reconhecido como um dos temas centrais na ética esportiva, a literatura brasileira sobre o tema a partir dessa perspectiva ainda é incipiente e, em certa medida, desconectada dos debates internacionais. Este artigo aplica a estrutura analítica de Thomas Murray para abordagens ao doping na literatura – especificamente, as categorias de antidoping, anti-antidoping e pró-doping – com o objetivo de compreender a literatura acadêmica brasileira sobre doping no esporte.

Palavras-chave: Esporte. Ética. Doping. Brasil.

Recebido em: 02 out. 2024
Aprovado em: 03 nov. 2024
Publicado em: 14 nov. 2024



Este é um artigo publicado sob a licença *Creative Commons* Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

1 INTRODUÇÃO

Em 2005, a *Revista Brasileira de Ciências do Esporte* (RBCE) publicou a primeira edição especial de uma revista brasileira de ciências do esporte dedicada ao doping, com o objetivo de abordar o que era, na época, um campo de pesquisa emergente no país.¹ O editorial funciona como uma introdução ao que havia surgido nos meios científico e esportivo nos 30 anos anteriores, especialmente a luta contra o doping – apontada como uma preocupação mundial – e as consequências epistêmicas dessa luta (Soares; Daolio, 2005). Com base nas análises do historiador francês Georges Vigarello, os editores apontam para as dimensões sociais e de saúde pública das práticas de doping no século XXI, e enfatizam a necessidade de ampliar as discussões sobre o assunto para além dos seus aspectos médicos e fisiológicos:

Torna-se imperiosa uma compreensão mais alargada das práticas de doping no meio esportivo, portanto faz-se necessário agregar às preocupações de ordem médica e ou fisiológica aquelas que permitam identificar e refletir, por exemplo, sobre suas dimensões históricas, sociais e, sobretudo, como fenômeno coletivo (Soares; Daolio, 2005, p. 7).

No Brasil, assim como em muitos outros países, os estudos acadêmicos sobre doping no esporte inicialmente concentraram-se nos aspectos médicos, fisiológicos e farmacológicos. Desde o final do século XX, pesquisadores brasileiros têm se dedicado a entender, a partir destas perspectivas, os usos e efeitos das substâncias dopantes em atletas, além de trabalhar para o desenvolvimento e aprimoramento de métodos de detecção e controle de doping. Os periódicos científicos da *Sociedade Brasileira de Exercício e Medicina do Esporte* e do *Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte* – este último responsável pela RBCE – tornaram-se as principais plataformas para discussões sobre doping no esporte no país.

Essas publicações têm apresentado estudos sobre temas como doping sanguíneo (Laudo Pardos *et al.*, 1999), doping genético (Artioli; Hirata; Lancha Jr., 2007; Dias, 2011) e controle de doping entre atletas brasileiros em diversos esportes (De Rose *et al.*, 2004; Bairros; Revedello; Moraes, 2011). Além disso, foram publicadas pesquisas sobre testes e controle de doping em competições, incluindo os Jogos Sul-Americanos (De Rose *et al.*, 2006) e os Jogos Escolares da Juventude (Silva *et al.*, 2017).

Recentemente, no entanto, o escopo desses estudos ampliou-se com a emergência de pesquisas sobre doping esportivo nas áreas das ciências sociais, das políticas públicas, da gestão e da filosofia. Essas abordagens buscam compreender as implicações sociais, culturais, políticas e éticas do uso de métodos e substâncias dopantes no esporte.

Apesar dos avanços realizados, ainda são escassos no Brasil os estudos que abordam o doping no esporte sob uma perspectiva ética. Nesse sentido, torna-se cada vez mais importante refletir sobre as questões éticas envolvidas, assim como compreender o que já foi publicado sobre o tema. Este artigo utiliza a estrutura

1 O número especial da RBCE está disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/issue/view/106/showToc>.

analítica de Thomas Murray para abordar o doping na literatura – especificamente nas categorias de antidoping, anti-antidoping e pró-doping – com o objetivo de compreender a produção acadêmica brasileira sobre doping no esporte.

2 A AGÊNCIA MUNDIAL ANTIDOPAGEM E A AUTORIDADE BRASILEIRA DE CONTROLE DE DOPAGEM: A LUTA CONTRA O DOPING NO ESPORTE

A *Agência Mundial Antidopagem* (World Anti-Doping Agency – WADA) foi criada em 1999 com a missão de unir um movimento global pelo esporte livre de doping. Em seu documento fundamental e de caráter universal, o *Código Mundial Antidopagem* (World Anti-Doping Code)², referido também como *Código* (Code), a WADA estabelece as razões fundamentais deste documento. Assim, os programas antidoping são fundados no valor intrínseco do esporte, muitas vezes referido como “o espírito do esporte” e que a agência define como “busca ética da excelência humana por meio do compromisso de aperfeiçoamento dos talentos naturais de cada *Atleta*” (WADA, 2021, p. 9).³ Esses programas são projetados para promover os propósitos da Agência, ou seja, a proteção dos direitos fundamentais dos atletas de elite de participar de um ambiente esportivo livre de doping, garantindo programas antidoping harmonizados (WADA, 2021). Um elemento crucial para garantir tal esforço é testar os atletas quanto a substâncias e métodos presentes nos *Padrões Internacionais – Lista Proibida* (International Standard – Prohibited List) (WADA, 2024). Diferentemente do que se pode pensar, os procedimentos de teste do programa antidoping são entendidos de forma mais ampla do que a abstração de urina ou plasma dos atletas. Portanto, a WADA define o teste como as “partes do processo de *Controle de Dopagem* que envolvem plano de distribuição de testes, coleta de *Amostras*, manuseio de *Amostras* e transporte de *Amostras* para o laboratório” (WADA, 2021, p. 94).

O Brasil, assim como outras nações, tem se empenhado ativamente nos esforços antidoping. O governo brasileiro é signatário dos acordos internacionais de controle de doping, tendo aderido ao *Código Mundial Antidoping* da WADA. Além disso, o país é parte da Convenção Internacional contra o Doping no Esporte, promovida pela UNESCO, que formaliza o compromisso de governos ao redor do mundo em adotar políticas antidoping e colaborar em investigações e trocas de informações sobre práticas de dopagem. O Brasil também é signatário da *Carta Olímpica* (Olympic Charter) através do seu Comitê Olímpico do Brasil (COB), que representa o país junto ao Comitê Olímpico Internacional (*International Olympic Committee* – IOC). A Carta Olímpica é um conjunto de princípios, regras e diretrizes que regem o movimento olímpico e a organização dos Jogos Olímpicos, além de estabelecer os valores e responsabilidades dos comitês olímpicos nacionais. Para apoiar a harmonização do programa antidoping no país, tanto as confederações esportivas nacionais quanto

2 O World Anti-Doping Code (versão em inglês) está disponível em: https://www.wada-ama.org/sites/default/files/resources/files/2021_wada_code.pdf. No site da WADA, o documento está disponibilizado também em outros idiomas.

3 Todas as citações diretas do Código Mundial Antidoping (WADA, 2021) foram extraídas da versão em português disponibilizada no site da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD): https://www.gov.br/abcd/pt-br/composicao/regras-antidopagem-legislacao-1/codigos/copy_of_codigos/codigo-mundial-antidopagem-2021.pdf.

o COB adotaram o Código da WADA por meio de seu compromisso com a *Carta Olímpica*.⁴

A Organização Nacional Antidopagem (National Anti-Doping Organization) do Brasil é a *Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem* (ABCD), que foi criada em 2011 e começou a operar em 2014. A missão da ABCD é:

Consolidar a cultura antidopagem em âmbito nacional, por meio de ações de educação e controle de dopagem em todas as manifestações esportivas, buscando o esporte limpo e saudável respeitando as normas e regulamentos nacionais e internacionais.⁵ (2021)

Antes desse período, o programa antidopagem no país contava com confederações esportivas nacionais e a extinta *Agência Brasileira Antidopagem*, que encerrou suas operações em 2012. As NADOs são definidas pela WADA como:

A(s) entidade(s) designada(s) por cada país como detentora(s) da autoridade e responsabilidade principais no que diz respeito à adoção e implementação de regra antidopagem, condução da coleta de *Amostras* e a gestão dos resultados de testes, além da realização de audiências em nível nacional. Se esta designação não tiver sido feita pela(s) autoridade(s) pública(s) competente(s), a entidade será o *Comitê Olímpico Nacional* do país ou seu designado. (WADA, 2021, p. 91).

Para as NADOs, o cumprimento dos padrões internacionais antidoping é um processo dinâmico e negociado, influenciado por fatores políticos, institucionais e culturais; e o processo de harmonização não é apenas técnico, mas envolve negociações complexas entre diferentes atores com interesses variados. A ABCD teve que navegar entre os requisitos da WADA e as realidades locais, incluindo adaptações legais ao *Código Brasileiro Antidopagem* (Vasques *et al.*, 2021).

A literatura acadêmica brasileira sobre doping no esporte emergiu e se desenvolveu em um cenário marcado pela criação e fortalecimento de organizações como a WADA e a ABCD, bem como pelos documentos orientadores e pelas políticas de combate ao uso de substâncias proibidas publicados e implementados por essas instituições. Os temas e questões abordados pela academia brasileira refletem, em grande medida, as preocupações decorrentes dessa luta contra o doping. Ademais, essa produção foi influenciada por teorias e estudos sobre o esporte desenvolvidos em outros contextos sociais, sem, contudo, limitar o surgimento de visões inovadoras sobre o tema, como veremos adiante neste artigo.

3 QUAL ESTRUTURA ANALÍTICA USAR PARA O ESTUDO DA LITERATURA BRASILEIRA SOBRE DOPING?

Um passo fundamental para estudar a literatura sobre doping no Brasil é definir uma estrutura analítica, entendida como um conjunto organizado de conceitos, métodos e abordagens que possibilita o exame e interpretação de ideias, informações ou dados sobre o tema. Optamos pela estrutura analítica desenvolvida por Thomas

4 A Carta Olímpica (versão em inglês) está disponível em: <https://olympics.com/ioc/olympic-charter>

5 A missão da ABCD encontra-se em: <https://www.gov.br/esporte/pt-br/composicao/orgaos-especificos/esporte/ABCD>

Murray (2015), não apenas por seu potencial interpretativo, mas também por ser amplamente utilizada por autores internacionais, o que promove um diálogo mais integrador e abrangente com outros estudos na área. Segundo Murray (2015, p. 316, tradução nossa):

Os críticos antidoping o acusam de uma infinidade de pecados, desde confusão conceitual em seus próprios fundamentos até paternalismo moralmente injustificável e erros táticos. A lista de reclamações é longa e variada o suficiente para que os críticos nem sempre concordem uns com os outros ou, às vezes, consigo mesmos. A leitura cuidadosa revela uma série de atitudes entre os críticos antidoping em relação às tecnologias biomédicas no esporte, desde a aceitação cautelosa (normalmente, daquelas que supostamente não colocam em risco a saúde) até o abraço caloroso (do tipo exemplificado pelo transumanismo). Por outro lado, os principais argumentos contra o doping no esporte e a favor das estratégias antidoping se enquadram em três categorias principais: promover a justiça, proteger a saúde (ou, alternativamente, prevenir danos) e preservar o significado.

De acordo com Murray (2015), a literatura relacionada ao doping pode ser enquadrada em três abordagens principais: antidoping, pró-doping e anti-antidoping. O autor examina os principais argumentos do debate sobre doping que, como pode ser visto, é fornecido com um cenário mais complexo do que dois polos excludentes. Embora não seja epistemicamente absoluta, a estrutura analítica desenvolvida pelo autor é útil para organizar como a produção acadêmica se posicionou em direção à “luta contra o doping no esporte”. De fato, essa abordagem resulta do aumento das pesquisas sobre doping nos últimos anos, especialmente no esporte de elite. Portanto, é adequado supor que a estrutura analítica de Murray se posiciona como uma noção para defesa e justificava da combinação das atividades de dopagem como definidas pela WADA no Código:

Atividades de *Educação* antidopagem e informações, planejamento de distribuição de testes, manutenção de um *Grupo Alvo de Testes*, gestão de *Passaportes Biológicos dos Atletas*, *Testes*, organização de análise de *Amostras*, coleta de informações de inteligência e realização de investigações, processamento de solicitações de *AUT*, *Gestão de Resultados*, audiências e monitoramento e garantia de conformidade com quaisquer *Consequências* impostas, além de todas as outras atividades relacionadas à antidopagem realizadas por ou em nome de uma *Organização Antidopagem*, conforme previsto no *Código* e/ou nos *Padrões Internacionais*. (WADA, 2021, p. 87)

A WADA também define o controle de dopagem como:

Todas as etapas e processos, desde o planejamento de distribuição de testes até a decisão final de qualquer recurso e a aplicação de *Consequências*, inclusive todas as etapas e processos intermediários, incluindo, entre outros, processos relacionados a *Testes*, investigações, localização, *AUTs*, coleta e manuseio de *Amostras*, análise laboratorial, *Gestão de Resultados*, audiências e recursos, e investigações ou procedimentos relacionados a violações do Artigo 10.14 (Condições Durante a *Inelegibilidade* ou a *Suspensão Provisória*). (WADA, 2021, p. 88)

Contra esse cenário antidoping, duas outras abordagens podem ser identificadas. Por um lado, uma abordagem mais libertária vem de argumentos pró-doping que consideram o uso de drogas para melhorar o desempenho moralmente fiel

ao espírito do esporte, bem como parte do processo estratégico pelo qual os atletas devem passar. Savulescu, Foddy e Clayton (2004) demonstram como a otimização da excelência, a competitividade dos atletas de alto nível e sua liberdade individual são elementos importantes para nossa compreensão do espírito do esporte. Para mitigar o desempenho esportivo como uma “loteria genética”, o vencedor deve ser sempre um atleta com uma combinação de potencial genético, treinamento e apoio psicológico. No entanto, numerosos críticos atacaram esse modelo concentrando-se na falta de clareza sobre o que constitui excelência, no possível crescimento de mercados ilícitos ou na redução da concorrência a uma disputa farmacológica em quem cria as melhores substâncias.

Por outro lado, os argumentos *anti-antidoping*, em vez de justificarem moralmente o doping ou o controle antidoping, focam nas falhas dos programas atuais. Suas críticas abordam uma variedade de questões, muitas vezes destacando ambiguidades conceituais, injustiças na detecção e a relação custo-benefício dessas atividades. Murray (2015, p. 317, tradução nossa) exemplifica estas abordagens:

Um experimento mental esclarece a distinção entre as posições pró-doping e anti-antidoping. Imagine um método simples, barato e infalível para determinar se um atleta usou uma tecnologia proibida de melhoria de desempenho. Ele detectou todos esses usos sem implicar falsamente os atletas que não os usaram. E o fez sem invadir a privacidade ou a integridade corporal dos atletas ou causar transtornos notáveis. Isso é atualmente uma ficção, é claro. Se isso acontecesse, porém, os argumentos anti-antidoping perderiam sua força, pois têm como premissa os fardos e a falibilidade dos atuais sistemas antidoping. Tais argumentos geralmente se baseiam em alegações de que os direitos dos atletas estão sendo violados ou que as consequências dos programas antidoping são negativas em geral. Os argumentos pró-doping, por outro lado, negam que haja algo de errado com o doping; Alguns o celebram como uma expressão positiva da liberdade individual, do uso humano da tecnologia ou de uma ideia particular sobre o significado do esporte. Eles não dependem das supostas falhas éticas ou práticas dos programas antidoping, como são os argumentos anti-antidoping a serem considerados agora.

Adotar uma estrutura analítica como a de Murray (2015) apresenta desafios consideráveis. Primeiramente, o autor se afasta do contexto do esporte de elite, no qual o doping é diretamente regulamentado pela WADA. Em segundo lugar, a estrutura proposta por Murray (2015) também apresenta suas próprias limitações. Embora o Brasil, assim como muitos outros países, possua sua Organização Nacional Antidoping (NADO), a ABCD, e seja signatário de tratados internacionais de combate ao doping no esporte, isso não significa que a literatura acadêmica nacional tenha seguido estritamente essa concepção de doping. Esse fato gera implicações para a forma como a comunidade acadêmica brasileira aborda o tema, especialmente nas perspectivas de saúde pública e crítica social. A seguir, realizamos a análise de um recorte dessa literatura, fazendo uso da estrutura analítica desenvolvida por Murray.

4 LITERATURA BRASILEIRA SOBRE DOPAGEM

4.1 A DEFINIÇÃO DE DOPING

Enquanto a WADA define doping como “a ocorrência de uma ou mais violações de regra antidopagem previstas do Artigo 2.1 até o Artigo 2.11 do *Código*” (WADA, 2021, p. 12), definição seguida pelo ABCD que tem o mesmo ADRV (Anti-Doping Rule Violation), mas em uma ordem numérica diferente (ABCD, 2021), o espectro da palavra doping (ou “*dopagem*” em português) é mais amplo do que o estabelecido pelas autoridades antidoping. Isso pode ser visto na forma como o conceito é amplamente utilizado na academia quando os autores se referem ao uso de drogas para melhorar a imagem e o desempenho (IPEDs), mas também quando as publicações se referem a drogas específicas, como esteróides anabolizantes androgênicos e suas conotações negativas, sem fornecer clareza ou definições.

Nossa interpretação é que essa concepção ampla de doping faz algum bem quando se trata da concepção social do espectro do uso de IPEDs e reflete a interação entre os dois polos: uma agenda moral nacional ao abordar o aspecto patológico dessas práticas e suas consequências psicossociais. No entanto, uma concepção mais ampla de doping dificulta a organização do debate acadêmico como visto na estrutura de Murray (2015), embora permita aproximações. Em outras palavras, conceitos e definições são elementos centrais do trabalho filosófico e a academia pode se beneficiar de seu uso e de seus diferentes ângulos de análise (Roble; Campos, 2021).

4.2 MEDICALIZAÇÃO DA VIDA

Um quadro amplo da análise ética do doping no esporte na literatura brasileira – especialmente no campo da Educação Física – pode ser determinado pelas influências que os autores têm ao longo do tempo. Campos e Roble (2024) abordam esse tema ao observarem que a Filosofia do Esporte no país tem suas raízes na Filosofia da Educação Física, na qual conceitos ligados ao esporte têm sido frequentemente traduzidos em objetivos educacionais. Embora as teorias educacionais tenham desempenhado um papel proeminente em novas compreensões sobre o papel da Filosofia da Educação Física e o lugar do corpo na educação, a própria área da Educação Física e a noção de esporte foram submetidas a um rigoroso escrutínio.

Para esse fim, muitas teorias têm sido vocais e influentes para o desenvolvimento de como a academia do país entende o doping no esporte. Em certo sentido, o doping tem sido (a) entendido como uma reprodução do princípio do *rendimento esportivo*. A Teoria Crítica do Esporte, como refere Vaz (2001, p. 89) “procura mostrar a correspondência estrutural e a identificação conceitual entre esporte e trabalho”. Essa noção tem implicações diretas para uma compreensão mais ampla do doping, que seria um componente de uma racionalidade de rendimento mais abrangente da qual o esporte é outro refém. Isso não deixa de marcar o importante lugar que o esporte ocupa na correspondência, pois a *lógica do trabalho* via esporte reforça o caráter mercantil do esporte e seu poder de perpetuar ideologias por meio de sua

capacidade repressiva de comprimir energias pulsionais com dominação de classe e individual (Vaz, 2001, 2005). Portanto, esta é uma maneira de ver o que é doping: um mecanismo para cumprir essa lógica.

Se a crítica ao esporte apresenta uma forma mais ampla de entender o doping, o mesmo não vale para o discurso científico sobre o doping. Um segundo entendimento do doping, uma consequência do primeiro, é a (b) visão do doping como um mal social. Esse entendimento ressoa com a principal justificativa da WADA para o antidoping, que é: “promoção da saúde, justiça e equidade para os *Atletas* mundialmente” (WADA, 2021, p. 9, nossa tradução). É claro que as evidências demonstraram que o abuso de drogas – principalmente desenvolvidas para fins terapêuticos – pode causar efeitos colaterais e prejudicar a saúde. Vaz (2005) identifica na sociedade moderna o que Herbert Marcuse viu na sociedade industrial, o *princípio do rendimento* sob a forma distinta de medicalização do uso de IPEDs. Por meio desse princípio, o doping é visto como uma patologia social de um lado e uma forma de transcender o corpo limitado em que todos vivemos, do outro. Enquanto a primeira é uma concepção negativa do doping, a segunda apresenta uma concepção positiva que pode ser usada para o corpo e a beleza por meio da racionalidade meritocrática.

As “drogas da felicidade” são um dispositivo importante neste quadro, uma vez que temos como exigência cotidiana a boa fortuna e o otimismo, condições associadas à exigência de sucesso, cujas faltas são atribuídas, via de regra, às “incapacidades” do próprio indivíduo (Vaz, 2005, p. 24).

Portanto, o autor traça um paralelo entre essa racionalidade e o uso do doping para melhorar a imagem (e talvez com menos frequência no rendimento da sociedade *per se*), a partir do qual ele se baseia no que Sabino (2002) chamou de “drogas apolíneas”, drogas que quando associadas ao treinamento melhoram o rendimento e a imagem, como os esteroides anabolizantes androgênicos. Além disso, uma correspondência desse cenário é a construção de estereótipos sobre os corpos das mulheres, o imaginário social da feminilidade e a implicação do doping na masculinidade das mulheres (Devide; Votre, 2005).

4.3 SAÚDE PÚBLICA, POLÍTICA E ARGUMENTOS ÉTICOS

Além de refletir sobre como os teóricos críticos podem entender o doping, alguns autores se concentraram nas implicações para a saúde pública e para as políticas. Numa visão geral, as publicações de saúde pública no Brasil podem ser consideradas como tendo uma posição antidoping (Aith, 2013; Vicente-Pedraz, 2013). Isso é frequentemente observado em publicações relacionadas à saúde em todo o mundo. Também não é comum que as publicações de saúde pública se envolvam com os debates filosóficos ou éticos sobre o doping no esporte, embora iniciativas interdisciplinares possam compreender criticamente as raízes e os mecanismos que perpetuam o próprio espectro da conotação negativa do doping no país.

Os estudos sobre políticas diferem em métodos das reflexões éticas sobre o doping, sendo principalmente associados a pesquisas empíricas e estudos de governança. Todavia, em certo sentido, pode-se encontrar em tais iniciativas

tendências compatíveis com a posição *anti-antidoping*. Seguindo a identificação da política de conformidade da abordagem da ABCD feita por Vasques *et al.* (2021), Kohler (2020) aponta que a agência demonstra padrões de conformidade e harmonização com as orientações da WADA, e que a experiência dos Jogos Olímpicos de Verão de 2016 no Rio foi crucial para a consolidação da estrutura antidoping no país. No entanto, ela também reflete que apenas adotar e aplicar regras antidoping não é suficiente para consolidar uma verdadeira educação sobre o tema, como foco nas virtudes morais dos atletas.

As implicações sociais e políticas das ações antidoping no país são muitas. Como observado anteriormente, as ações do governo brasileiro para sediar os Jogos Olímpicos de Verão do Rio de 2016 para atender às exigências do COI e da WADA representam implicações duradouras do programa antidoping no cenário político nacional. Isso pode ser visto em Vasques *et al.* (2021), trabalho etnográfico sobre a acreditação do Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCD). Em uma abordagem diferente, Silveira (2014), mobiliza os conceitos de vigilância, *governamentalidade* e disciplina de Michel Foucault para compreender amplamente o programa antidoping da WADA como uma tecnologia (em termos foucaultianos) na produção de um discurso global para a saúde e o exercício.

Poucos estudos, no entanto, exploraram profundamente os argumentos a favor ou contra o antidoping, especialmente no esporte de elite. Costa *et al.* (2005) baseiam-se em argumentos apresentados nos anos 2000 pelo Centro Canadense de Ética no Esporte (CCES). Por meio de uma análise silogística, eles examinam argumentos bem conhecidos contra o doping no esporte, a saber: (a) seu uso viola as regras, (b) prejudica a saúde dos atletas e (c) cria uma vantagem injusta, além de como esses argumentos podem refletir aspectos mais amplos do esporte de elite. Perguntas comuns que desafiam esses argumentos incluem: “E se as regras fossem alteradas?”, “O atleta de elite é realmente saudável?” e “Os países mais ricos já não têm vantagens injustas em muitos eventos olímpicos?”, entre outras.

Um importante efeito colateral do avanço das tecnologias de doping no esporte – e um elemento essencial no argumento sobre vantagem injusta – é a possibilidade de o esporte ser reduzido a uma “competição de laboratório”, como sugere a comparação com o contexto farmacêutico feita por Savulescu, Foddy e Clayton (2004). Tavares (2002) questiona esse argumento de vantagem injusta, afirmando que ele é inconsistente, já que o protagonismo na competição poderia igualmente ser atribuído a várias outras tecnologias amplamente aceitas no cenário esportivo de elite, como o desenvolvimento de novos protocolos de treino e equipamentos inovadores. O autor também explora outros argumentos, como o já mencionado impacto negativo na saúde, além das características dos medicamentos para melhoria de desempenho (PEDs) e sua “naturalidade”. Afinal, não é difícil perceber que essas características não são exclusivas dos PEDs, estando o esporte de elite completamente envolvido por tecnologias e recursos que ampliam a performance.

Embora não se discorde totalmente dos argumentos apresentados, é difícil ignorar que uma crítica tão radical não contribui necessariamente para a compreensão

das nuances do programa antidoping. No entanto, isso não implica concordância com a perspectiva de Murray (2015, p. 317, tradução nossa) sobre o tema:

Não é incomum encontrar vários desses argumentos reunidos em um único ataque contra os esforços dos esportes para reduzir o doping. De fato, embora se possa encontrar exemplos quase puros da posição pró-doping, em muitos casos, os argumentos pró-doping e anti-antidoping são empilhados uns sobre os outros na maneira de jogar lama contra a parede na esperança de que algo possa grudar.

5 CONCLUSÃO

A análise da literatura brasileira sobre doping no esporte revela que, apesar dos avanços significativos no combate ao doping no país – especialmente em termos de políticas de controle e de alinhamento com normas internacionais –, ainda persistem desafios consideráveis. Um dos principais desafios é a exploração insuficiente do debate ético sobre o tema, particularmente no contexto brasileiro, onde coexistem diversas perspectivas filosóficas, sociais e políticas.

A estrutura analítica proposta por Murray (2015) oferece um arcabouço útil para organizar e aprofundar essas discussões, categorizando abordagens antidoping, anti-antidoping e pró-doping, o que possibilita uma compreensão mais detalhada das múltiplas dimensões relacionadas ao uso de substâncias e métodos de dopagem no esporte. Contudo, essa estrutura também evidencia a complexidade e as especificidades do contexto esportivo brasileiro, ressaltando a necessidade de que essas particularidades sejam adequadamente consideradas. Embora a adoção dessa estrutura analítica não seja essencial para estudos éticos sobre doping no Brasil, ela oferece uma base sólida de análise para os pesquisadores interessados no tema.

Por fim, é importante destacar que este artigo se concentra em um número limitado de publicações, selecionadas pela sua relevância para o tema abordado. Essa escolha, embora criteriosa, não abrange toda a amplitude da literatura existente sobre doping no esporte no Brasil. Com isso, um vasto território permanece em aberto para futuras pesquisas, que poderão explorar diferentes perspectivas não incluídas neste trabalho. Espera-se, assim, que as lacunas aqui deixadas possam inspirar novos estudos, contribuindo para o avanço e o aprofundamento da área de Ética do Esporte no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABCD. Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem. **Código Brasileiro Antidopagem**, 2021. Disponível em: https://admin.cob.org.br/uploads/763_66a1d1d061_d4795c269f.pdf. Acesso: 15 set. 2024.

AITH, Fernando M. A. Regulação antidoping e saúde pública: limites à exposição humana ao risco sanitário e a glória desportiva. **Revista de Saúde Pública**, v. 47, n. 5, p. 1015-1018, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2013047005129>

- ARTIOLI, Guilherme G.; HIRATA, Rosário D. C.; LANCHÁ JUNIOR, Antônio H. Terapia gênica, doping genético e esporte: fundamentação e implicações para o futuro. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 13, n. 5, p. 349-354, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-86922007000500013>
- BAIRROS, André Valle; PREVEDELLO, Alex Almeida; MORAES, Liliana De Los Santos. Doping genético e possíveis metodologias de detecção. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 33, n. 4, p. 1055-1069, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32892011000400017>
- CAMPOS, Marcus; ROBLE, Odilon José. South American philosophy of sport. **Routledge Resources Online – Sport Studies**, Londres: Routledge, 2024. (no prelo).
- COSTA, Frederico S. *et al.* Doping no esporte: problematização ética. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 27, n. 1, p. 113-122, 2005. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/137/146>. Acesso em: 15 set. 2024.
- DE ROSE, Eduardo H. *et al.* Controle antidoping no Brasil: resultados do ano de 2003 e atividades de prevenção. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 10, n.4, p. 289-298, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-86922004000400006>
- DE ROSE, Eduardo H. *et al.* Uso referido de medicamentos e suplementos alimentares nos atletas selecionados para controle de doping nos Jogos Sul-Americanos. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 12, n. 5, p. 239-242, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-86922006000500003>
- DEVIDE, Fabiano P.; VOTRE, Sebastião. Doping e mulheres no esporte. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 27, n. 1, p. 123-138, 2005. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/138/147> Acesso em: 15 set. 2024.
- DIAS, Rodrigo G. Genética, performance física humana e doping genético: o senso comum versus a realidade científica. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 17, n. 1, p. 62-70, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-86922011000100012>
- KOHLER, Emily. **A integridade organizacional nas entidades responsáveis pela antidopagem no Brasil**. 190f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- LAUDO PARDOS, Consuelo *et al.* Doping sanguíneo e eritropoetina. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 5, n. 1. p. 27-30, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-86921999000100006>
- MURRAY, Thomas H. Doping and anti-doping: an inquiry into the meaning of sport. *In*: MCNAMEE, Mike; MORGAN, Willian (org). **Routledge handbook of the philosophy of sport**. Londres: Routledge, 2015. p. 315-32.
- ROBLE, Odilon J.; CAMPOS, Marcus V. S. A Filosofia do esporte como subárea da filosofia: premissas e campos de estudo. *In*: REPPOLD FILHO, Alberto Reinaldo; MONTEIRO, Alberto de Oliveira; GARCIA, Rui Proença Garcia (org.). **Filosofia do Esporte: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: Marcavizual: ESEFID/ UFRGS, 2021. p. 211-229. Disponível em: https://www.marcavizual.com.br/files/ugd/362643_8871521a5696422dafb83673d07c830a.pdf. Acesso: 18 Set. 2024.
- SABINO, Cesar. Anabolizantes: drogas de Apolo. *In*: GOLDENBERG, Mirian. (org.). **Nu & vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002. p.139-188.

SAVULESCU, Julian; FODDY, Bennett; CLAYTON, Megan. Why we should allow performance enhancing drugs in sport. **British Journal of Sports Medicine**, v. 38, n. 6, p. 666-674, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1136/bjism.2003.005249>

SILVA, Paulo Rodrigo P. *et al.* Doping survey in the youth school games in Brazil. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 23, n. 6, p. 436-440, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1517-869220172306163303>

SILVEIRA, Viviane Teixeira. Corpos atletas: doping e políticas da Agência Mundial Antidoping (WADA-AMA). **Sociologias Plurais: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia**, v. 2, n. especial, p. 196-219, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5380/sclplr.v2i2e.64812>

SOARES, Carmem L.; DAOLIO, Jocimar. Editorial. **Revista Brasileira Ciências do Esporte**, v. 27, n. 1, p. 7-8, 2005. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/130/139>. Acesso em: 10 ago. 2024.

TAVARES, Otávio. Doping: argumentos em discussão. **Movimento**, v. 8, n. 1, p. 41-55, 2002. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.2636>

VASQUES, Daniel Giordani *et al.* The independence of Brazilian antidoping as to the ties between the state and sports federations. **Journal of Physical Education**, v. 32, n. 1, p. e-3261, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v32i1.3261>

VAZ, Alexandre Fernandez. Doping, esporte, performance: notas sobre os limites do corpo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 27, n.1, p. 23-36, 2005. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/132>. Acesso em: 10 ago. 2024.

VAZ, Alexandre Fernandez. Técnica, esporte, rendimento. **Movimento**, v. 7, n. 14, p. 87-99, 2001. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.2610>

VICENTE-PEDRAZ, Miguel. Discussion of public health and decriminalization of doping. **Revista Saúde Pública**, v. 47, n. 5, p. 1-4, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2013047004736>

WADA, World Anti-Doping Agency. **World Anti-Doping Code**, 2021. Disponível em: https://www.wada-ama.org/sites/default/files/resources/files/2021_wada_code.pdf. Acesso: 10 Ago. 2024.

WADA, World Anti-Doping Agency. **International Standard for Prohibited List**, 2024. Disponível em: https://www.wada-ama.org/sites/default/files/2023-09/2024list_en_final_22_september_2023.pdf. Acesso:10 Ago. 2024.

Abstract: In Brazil, as in many other countries, academic studies on doping in sport initially focused on medical, physiological and pharmacological aspects. However, recently, the scope of these studies has expanded considerably, with the emergence of research on sport doping in the fields of social sciences, public policy, and management. Although doping is widely recognized as one of the central themes in sport ethics, Brazilian literature on the topic from this perspective is still incipient and, to some extent, disconnected from international debates. This article applies Thomas Murray's analytical framework for approaches to doping in the literature – specifically, the categories of antidoping, anti-antidoping, and pro-doping – with the aim of understanding the Brazilian academic literature on doping in sport.

Keywords: Sport. Ethics. Doping. Brazil.

Resumen: En Brasil, al igual que en muchos otros países, los estudios académicos sobre el dopaje en el deporte se concentraron inicialmente en aspectos médicos, fisiológicos y farmacológicos. Sin embargo, recientemente, el alcance de estos estudios se ha ampliado considerablemente, con la aparición de investigaciones sobre el dopaje deportivo en las áreas de ciencias sociales, políticas públicas y gestión. Aunque el dopaje es ampliamente reconocido como uno de los temas centrales en la ética deportiva, la literatura brasileña sobre el tema desde esta perspectiva aún es incipiente y está, en cierta medida, desconectada de los debates internacionales. Este artículo aplica el marco analítico de Thomas Murray para los enfoques sobre el dopaje en la literatura – específicamente, las categorías de antidopaje, anti-antidopaje y pro-dopaje – con el propósito de comprender la literatura académica brasileña sobre el dopaje en el deporte.

Palabras clave: Deporte. Ética. Dopaje. Brasil.

LICENÇA DE USO

Este é um artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons* Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja corretamente citado. Mais informações em: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores declararam que não existe nenhum conflito de interesses neste trabalho.

CONTRIBUIÇÕES AUTORAIS

Marcus Campos: Fundamentação, Conceitualização, Levantamento bibliográfico e Escrita (revisão e edição).

Odilon José Robles: Fundamentação, Conceitualização, Levantamento bibliográfico e Escrita (revisão e edição).

Alberto Reinaldo Reppold Filho: Fundamentação, Conceitualização, Levantamento bibliográfico e Escrita (revisão e edição).

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado sem o apoio de fontes financiadoras.

COMO REFERENCIAR

CAMPOS, Marcus; ROBLES, Odilon José; REPPOLD FILHO, Alberto Reinaldo. Uma interpretação da literatura brasileira sobre doping no esporte. **Movimento**, v. 30, p. e30058, jan./dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.143767>

RESPONSABILIDADE EDITORIAL

Alex Branco Fraga*, Elisandro Schultz Wittizorecki*, Irena Martínková**, Jim Parry*, Mauro Myskiw*, Raquel da Silveira*

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Porto Alegre, RS, Brasil.

**Faculty of Physical Education and Sport, Charles University, Praga, República Tcheca.